

A. I. N° - 299430.0007/24-4
AUTUADO - TOTAL QUÍMICA BA COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL LTDA.
AUTUANTE - JORGE LUIZ SANTOS DA COSTA
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 08.11.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF N° 0245-05/24-VD**

EMENTA: ICMS. OPERAÇÕES ESCRITURADAS NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Por investigação de amostragem da EFD no sistema da SEFAZ, é possível concluir que as alegações feitas pelo autuante na informação fiscal, estão corretas, aflorando a verdade material e houve abatimento de valores da declaração de débito anexada pelo contribuinte. Nulidade denegada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 20.03.2024, sendo lançado imposto no valor total de R\$ 391.137,24, acrescido de multa de 60%, e demais acréscimos moratórios, em decorrência da seguinte infração à legislação do ICMS:

INFRAÇÃO 01 – Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referentes a operações escrituradas nos livros fiscais próprios. Contribuinte apurou o ICMS na sua escrita fiscal, porém não recolheu a integridade do imposto, conforme demonstrativos anexos, no valor de R\$ 391.137,24, acrescido da multa de 60%.

Foi apresentada impugnação às fls. 58/63.

Alega-se que a ação fiscal não merece prosperar uma vez que a autuada retificou sua EFD em 19.09.2022 e efetuou declaração de débito 85000.4105/22-8, excluindo operações que tiveram notas fiscais sem destaque de ICMS por se encontrar no regime do SIMPLES NACIONAL e suas notas fiscais tributadas a 4%, por se tratar de mercadorias importadas adquiridas fora do estado e destinadas ao mercado interno.

Desse modo, o auto de infração lavrado em data posterior a declaração de débito, exige em duplicidade o ICMS já declarado como devido na declaração de débito supra. Por todo o exposto, requer que o CONSEF decrete a nulidade total do auto de infração e se assim não entender, que decrete a improcedência da ação fiscal.

O autuante prestou informação fiscal às fls. 89/90.

Diz que o trabalho foi executado com base na EFD e notas fiscais constantes no banco de dados da SEFAZ, abrangendo os exercícios de 2019/2021 tendo resultado em 03 autos distintos em razão da falta de recolhimento do ICMS apurado.

Quanto ao fato de ter retificado a escrita fiscal em 19.09.2022 e a declaração de débito citada, na verdade, na planilha de fl. 13, detalha transparentemente o que deu origem a esta infração.

O contribuinte apresentou saldo devedor na apuração do ICMS nos meses que consta da referida planilha, conforme extrato das EFDS às fls. 14/45, mas não recolheu o imposto. Desses valores não pagos, foram deduzidos aqueles decorrentes de declaração de débito citada pelo contribuinte. O demonstrativo de débito está às fls. 46/47.

VOTO

O lançamento diz respeito a única infração que lançou ICMS declarado na apuração do imposto e o que foi recolhido pelo contribuinte.

Quanto à nulidade pretendida, não há qualquer elemento a substanciar tal pretensão, visto que o auto foi lavrado em conformidade com a legislação, e com os anexos probatórios, cabendo tão somente a análise das razões de mérito.

Diz o impugnante que teria corrigido sua EFD antes da auditoria (19.09.2022), vez que o lançamento foi efetuado em 20.03.2024, e que teria feito declaração de débito dos valores apurados em suas correções.

À primeira vista, é possível supor que o autuante teria utilizado a EFD anterior e que por esta razão, os valores estariam em desconformidade com as correções. Contudo, não foi apresentada tal prova, visto que o autuante anexou cópias do resumo de apuração mensal entre as fls. 14/45.

Para tanto bastaria o impugnante apresentar cópias da EFD corrigida mostrando as diferenças daquelas que embasam o auto de infração. Nem tampouco o autuante deixou transparecer que utilizou a EFD anterior.

Porém, na sessão de julgamento, após exposição oral da defesa, estabeleceu-se a dúvida se realmente o autuante teria utilizado de EFD desatualizada e o processo foi adiado para coleta de provas acerca desse questionamento no sistema da SEFAZ, de onde se extraiu para fins de consulta os arquivos de dezembro de 2019 a abril de 2020, com os seguintes dados:

RELATÓRIO DE CONSULTA DE ARQUIVOS EFD

Período de Referência: Tipo de Arquivo: 12/2019 a 04/2020

Emissão: 08/10/2024 Arquivos Válidos Recepcionado em Contribuinte: IE - 137.141.427 Razão Social: TOTAL QUIMICA BA COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL LTDA

12/2019 Retificador 23/01/2024

01/2020 Retificador 19/01/2024

02/2020 Retificador 19/01/2024

03/2020 Retificador 19/01/2024

04/2020 Retificador 19/01/2024

O que se verifica acima é que ao contrário do que diz a defesa, que teria retificado os registros de EFD em 19.09.2022, comprovadamente a última retificação foi feita em janeiro de 2024 e o auto foi lavrado em 20.03.2024, com estas EFD retificadas, pois da consulta feita ao resumo de apuração, constato que são os mesmos valores que constam entre as páginas 14/18 em que o autuante anexou os resumos de apuração de dezembro de 2019 a abril de 2020. Assim, a partir das provas anexas, tenho de concluir que o autuante utilizou a EFD já corrigida.

Por outro lado, o impugnante atesta que após efetuar a correção da EFD procedeu a uma declaração de débito, cuja cópia se encontra nas fls. 46/47, que totaliza o valor de R\$ 779.997,10, de valor histórico devido.

No primeiro mês, 12/2019, consta a declaração de débito de R\$ 49.784,51. Consultando o demonstrativo de fl. 13, este valor consta da planilha do autuante, sendo abatido do valor total do débito neste mês (R\$ 94.928,04), resultando no valor lançado neste auto, em R\$ 45.143,53. Por sua vez, o valor total devido no mês (R\$ 94.928,04) aparece no resumo de apuração do imposto, na EFD de dezembro de 2019, à fl. 14.

Por investigação de amostragem da EFD no sistema da SEFAZ, é possível concluir que as alegações feitas pelo autuante na informação fiscal, estão corretas, aflorando a verdade material e houve abatimento de valores da declaração de débito anexada pelo contribuinte.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do lançamento.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração de nº **299430.0007/24-4**, lavrado contra **TOTAL QUÍMICA BA COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL LTDA**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 391.137,24**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de outubro de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR